

do sistema da regulamentação da Divisão Regional do Estado, criando condições para o desdobramento, em escala regional, do sistema de aplicação de recursos pelas unidades administrativas dispersas por todo o território, a organização do sistema de processamento de dados, de suprimento de materiais, do sistema de transportes motorizados, a estruturação funcional da Secretaria da Agricultura e a estruturação preliminar dos setores de promoção social, cultura, esporte e turismo. E, por último, concluiu-se a elaboração do Plano Trienal que orientará a ação do Governo de 1968 a 1970, e cujas diretrizes gerais e objetivos básicos quero vos transmitir, em resumo, nesta oportunidade.

Filosofia do Governo

Tôda civilização é fruto de uma cultura. Não poderá haver civilização sem uma cultura que a informe. No sentido que lhe deu Berdiaef, a civilização é explicitação, no sentido material, dos dados de uma cultura.

Temos que começar a pensar, com rigor, no Brasil, em conceber nossos planos de Governo em função da cultura que criamos, do homem que nasceu dessa cultura e da civilização adequada a essa inspiração cultural e a êsse tipo humano definido.

Uma obra de governo, qualquer que ela seja, não poderá perder de vista o seu fim, o seu destino, a sua adequação às exigências e características da sociedade à qual é destinada.

A missão do Governo é teleológica, deve criar e estimular visando a algo. Podemos educar o povo para a democracia, como podemos educá-lo para a tirania e os exemplos históricos são eloquentes.

Em consequência, o Governo deve ter como fundamento uma filosofia de governo.

Criamos, nos trópicos, uma civilização cordial, gerada pelo encontro do índio autoctone, do negro africano e do branco português, e inspirada nos padrões da cultura grega, romana e cristã.

Nosso afã deve ser o de garantir a autenticidade das nossas características culturais nacionais, que permitiram a cristalização de uma sociedade sem ódios raciais, de alta inspiração religiosa, inimiga de privilégios, amante da natureza e de suas dádivas, apegada à liberdade como seu dom mais precioso, e, por isso mesmo, inadatada a qualquer tipo de coação, quer cultural, quer político.

Os pressupostos básicos, pois, de nossa filosofia de Governo, serão, no plano cultural, a defesa do nosso sentido de vida, manifestado nas criações culturais que lhe deram expressão e cuja defesa se tornou urgente e imperiosa, diante da advertência de um sociólogo, como Gilberto Freyre, que considera a cultura luso-brasileira uma "cultura ameaçada".

Hoje sabemos que o tempo não está em nós, está nas coisas, nelas se deposita. O tempo do País, a vida da nossa cultura, é retido nas obras dos artistas, nas memórias dos nossos homens, na fisionomia das cidades. Se perdermos êsse chão ficaremos alienados no tempo, como prêsas de influências desnaturadoras, sem saber o sentido e o destino da nossa existência como povo.

Por essa razão é que me empenhei em estabelecer uma política cultural, criando, pela primeira vez, em São Paulo, uma Secretaria da Cultura. E quando o Governo salva a humilde Casa de Cândido Portinari, o menino de Brodosqui, quando garante a eternidade do sobrado dos Gui-

sard, testemunha do passado na face marítima de Ubatuba, protege o sítio de Monteiro Lobato, em Taubaté, afirmando a figura do escritor e homem público que impôs ao País uma pioneira visão desenvolvimentista e encheu de sonhos e fábulas a imaginação da criança brasileira, e estuda a criação de um Museu da Imagem e do Som, em São Paulo, para o registro da história viva, vida dos homens, vida dos acontecimentos e vida das cidades e prepara-se para estruturar o primeiro Museu da Literatura do País, quando assim age, o que visa é aquêlê alto sentido de defesa da nossa fisionomia no tempo, garantia única da nossa personalidade nacional.

Ainda pela mesma razão, quisemos ampliar poderosamente a ação cultural do Governo, indo buscar na figura de Anchieta, o primeiro educador, o patrono para o primeiro canal de Rádio e TV popular e educativa, que disseminará, em larga escala, os padrões da nossa formação paulista e nacional e ampliará, assim, as possibilidades já abertas pelas seis salas de aula que estão sendo construídas por dia.

No plano social atuaremos no sentido do fortalecimento da vida harmoniosa das comunidades, através de um instrumento nôvo de Governo, o da promoção social. Além da criação da primeira Secretaria da Promoção Social, o Governo se propõe a bater os fundamentos de um nôvo trabalhismo, pelo fortalecimento do sindicato como órgão de defesa livre do operário, nem submetido ao poder, nem aos empregadores e nem às ideologias estranhas à sociedade democrática.

No plano educativo, visaremos ampliação, ao máximo, da nossa rede escolar e sua adequação às exigências de uma sociedade em evolução, dando ênfase ao ensino técnico capaz de preparar a juventude para as tarefas do desenvolvimento.

No plano étnico, implantaremos uma política agressiva de saúde pública, que recupere camadas da nossa população para a participação na vida do País.

No plano político, defenderemos o funcionamento da democracia representativa e o sistema econômico da livre empresa.

No plano econômico, manteremos o atual estágio da economia paulista, acelerando o seu desenvolvimento. Tal desenvolvimento deve abarcar tôdas as parcelas da população e atingir tôdas as regiões do Estado. Os estágios da economia paulista não são homogêneos. Existem disparidades flagrantes, de padrão de vida, de nível de renda, de nível de emprego e oportunidades, de nível de tecnologia e produtividade e de nível de capitalização, que determinam desequilíbrios internos na nossa estrutura econômica.

Êsses desequilíbrios atuam como fatores de perturbação, atraindo não só as pequenas poupanças das regiões pobres para os centros maiores e desviando essas poupanças para atividades meramente especulativas, como, também, deslocando grupos de população para as áreas metropolitanas, que desfalcam a mão-de-obra interiorana e agravam os problemas da população marginal da Capital.

O problema não é meramente circunstancial, a ser resolvido por medidas parciais, mas decorre de falhas estruturais de nossa economia, em consequência de um desenvolvimento incontido, mas empírico e caprichoso. O Governo deverá agir, com visão de conjunto, para eliminar, o mais possível, os prejuízos de estrutura da economia, balizado por dois referenciais básicos que são o